



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE MATEMÁTICA EM TURMAS INCLUSIVAS DO ENSINO MÉDIO COM SURDOS

José Lucas de Oliveira ¹

Erica Dantas da Silva ²

Adriana Moreira de Souza Corrêa ³

Egle Katarinne Souza da Silva ⁴

RESUMO

O presente artigo busca analisar de que maneira está ocorrendo o processo de inclusão de alunos surdos nas escolas de Ensino Médio. O objetivo da pesquisa destinou-se a investigar de que modo está sendo a utilização da Libras nas aulas de matemática e de que forma está sendo a interação dos alunos surdos com os intérpretes, com os professores e juntamente com os demais discentes. Com essa finalidade, foi preciso realizar algumas leituras sobre os seguintes tópicos: inclusão social, educação matemática, intérprete de libras e histórico da surdez, com a intenção de obtermos melhor entendimento acerca das questões referentes a surdez.

Palavras-chave: Libras, Inclusão, Surdez, Matemática.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, ampliaram-se as discussões para a inclusão de estudantes nos sistemas educacionais de ensino de diversos países. Entre os eventos que marcaram os debates sobre o tema citamos as conferências mundiais voltadas para a discussão de propostas educacionais inclusivas, a exemplo da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia (BRASIL, 1990), que buscou alternativas para a oferta do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo; e a Conferência Mundial de Educação Especial, ocorrida em Salamanca, na Espanha, em 1994, que apontou as diretrizes para o atendimento das Pessoas com Deficiência (PCD) (BRASIL, 1994).

Esses eventos evidenciaram a necessidade de os sistemas educacionais nacionais implementarem modificações para garantir a equidade de oportunidades para os estudantes que

¹ Graduando em matemática pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, juselucas@gmail.com;

² Mestranda em ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, ericadantasdasilva70@gmail.com;

³ Mestra em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, profesora de Libras da UFCG, campus Cajazeiras. adriana.korrea@gmail.com;

⁴ Mestra em Sistemas Agroindustriais no Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar - CCTA da UFCG, eglehma@gmail.com.



encontravam diversas barreiras para o acesso e permanência na escola, seja pela condição física, intelectual, sensorial, socioeconômica entre outras.

Tratando-se de pessoa surda, usuária da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como principal sistema linguístico de interação (BRASIL, 2002), as alterações necessárias para garantir a sua participação no âmbito escolar são de natureza comunicacional, ou seja, devem considerar a visualidade e a Libras para a comunicação entre educadores e educandos, bem como para a produção do conhecimento (BRASIL, 2005, 2015).

Em face dessa especificidade, surge a necessidade de entender as especificidades nas práticas do professor da turma e que deve atuar como mediador da aprendizagem. Para isso, o docente deve desenvolver atividades pautadas na prática inclusiva para atender a todos os educandos presentes na sala de aula. Assim, buscamos entender essa problemática a partir do ensino de matemática, uma vez que os professores podem se sentir despreparados para promover a inclusão de estudantes surdos e ouvintes nas atividades pedagógicas. Dessa forma, é relevante realizar pesquisas e publicizá-las de maneira a indicar possibilidades que favorecem o ensino em uma perspectiva inclusiva.

Diante do exposto, este trabalho tem o objetivo de discutir os recursos didáticos e humanos, como também os procedimentos pedagógicos voltados para fomentar a construção do conhecimento e a socialização dos estudantes surdos nas aulas de matemática no ensino médio. Para tanto, realizamos uma investigação que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), se caracteriza como pesquisa exploratória, no que concerne aos objetivos; bibliográfica quanto aos procedimentos de coleta de dados e esses, por sua vez, que são analisados em uma abordagem qualitativa.

A pesquisa se divide em cinco seções: 1) introdução, na qual são apresentados os dados gerais da pesquisa; 2) a metodologia que caracteriza o tipo de investigação e expõe os procedimentos técnicos da pesquisa; 3) Educação de Surdos em uma perspectiva inclusiva, que aborda conceitos necessários para a compreensão das análises; 4) Ensino de matemática para surdos em turmas inclusivas, que aborda os procedimentos e recursos humanos voltados para favorecer a internalização do conhecimento pelo surdo; 5) considerações finais, que traz a síntese dos aprendizados construídos na elaboração desse trabalho.

METODOLOGIA

Este trabalho é compreendido como uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Fonseca (2002, p. 32) “[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas,



e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Prodanov e Freitas (2013) explicam que essas pesquisas têm um caráter exploratório porque ampliam as informações que o(s) investigador(es) têm sobre o assunto, permitindo o levantamento e hipóteses que motivem outras pesquisas.

A abordagem de análise de dados é qualitativa, pois a investigação visa entender os processos em detrimento de se debruçar sobre os dados numéricos. Nesse sentido, através das pesquisas divulgadas na literatura científica buscamos discutir a inclusão do surdo e os aspectos inerentes ao ensino de matemática em turmas do ensino médio com esses estudantes.

EDUCAÇÃO DE SURDOS EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A educação inclusiva se consitui em uma concepção e prática educacional voltada para atender as singularidades dos estudantes e, para que isso aconteça, é necessário repensar o papel da escola, das práticas dos docentes e do processo de ensino e de aprendizagem. Sobre isso, Mantoan (2015, p. 24) afirma que “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva , é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças”.

No mesmo sentido, Rodrigues (2005, p. 60) reitera que:

A educação inclusiva é, pois, uma ruptura com os valores da escola tradicional. Rompe com o conceito de um desenvolvimento curricular único, com o de um aluno padrão e estandardizado, de aprendizagem como transmissão, de escola como estrutura de reprodução.

Diante da afirmação dos autores, entendemos que a educação se volta para a inserção do estudante no mundo e, por isso, oportunizar a reflexão sobre a vivência com as pessoas que interagem e constroem o conhecimento de maneiras e em temporalidades diferentes é essencial para a promoção de atividades na perspectiva inclusiva. Nesse sentido, a prática docente precisa estar voltada para atender as singularidades dos estudantes a fim de propor atividades que visem promover a igualdade de oportunidades de aprendizado e de socialização a esses discentes.

Sobre a formação dos educadores para a promoção da educação inclusiva, Mantoan (2009, p. 80) ressalta que:

[...] não são os especialistas nem os métodos especiais de ensino escolar que garantem a inserção de todos os alunos à escola regular, mas que é necessário um esforço efetivo e coletivo, visando transformar as escolas e aprimorar a formação dos professores para trabalhar com as diferenças nas salas de aula.



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

No que se refere aos estudantes surdos, a formação docente precisa estar voltada para o uso da Libras e da visualidade na prática escolar. O uso da língua de sinais é orientado na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), no ponto 19, ao explicar que a educação de surdos deve considerar o sistema linguístico pautado em sinais utilizado em cada país.

Na legislação brasileira, dois documentos destacam-se por abordar o uso desse sistema linguístico pelo surdo, são eles, a Lei da Libras nº 10.436 (BRASIL, 2002) e o Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005). Ambos trazem ainda a referência à inserção da Libras como componente curricular obrigatório para a formação inicial de professores e de estudantes de fonoaudiologia. Sobre a inserção dessa disciplina no curso de graduação, Leonel e Borges (2012, p. 3) concluem que:

Na formação inicial, assim como em outros níveis, torna-se indispensável a discussão do tema surdez com nossos graduandos, especialmente em cursos de licenciatura, os quais buscam preparar acadêmicos para o tratamento de uma diversidade de educandos, uma pluralidade apoiada no ideário da inclusão social. Entendemos, por outro lado, que a inclusão de uma disciplina para ensinar a língua libras (sic.) não é suficiente para um melhor entendimento das questões particulares relativas aos estudantes surdos.

Diante do exposto entendemos que a disciplina de Libras na graduação é essencial para ampliar a visão dos discentes sobre a temática, contudo, entendemos, assim como os autores supracitados, que se ela for inserida como único componente curricular a abordar o assunto esse estudo será insuficiente para que os futuros professores tenham conhecimento que os permitam trabalhar em uma turma formada por estudantes surdos e ouvintes.

Essa disciplina, conforme destacam Corrêa e Silva (2020) é essencial para que o docente possa conhecer as características da pessoa surda, se apropriar de noções básicas da interação em Libras e conhecer ações que precisam ser implementadas na escola para desenvolver práticas concernentes à educação inclusiva.

Assim, buscamos, na sequência, abordar algumas discussões presentes na literatura científica que abordem a educação de surdos no que se refere à disciplina de matemática.

ENSINO DE MATEMÁTICA PARA SURDOS EM TURMAS INCLUSIVAS

As atividades desenvolvidas na disciplina de matemática são essenciais para desenvolver diferentes competências e habilidades nos estudantes. Sobre essa área do conhecimento, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que:

No Ensino Médio, na área de Matemática e suas Tecnologias, os estudantes devem utilizar conceitos, procedimentos e estratégias não apenas para resolver problemas, mas também para formulá-los, descrever dados, selecionar modelos matemáticos e desenvolver o pensamento computacional, por meio da utilização de diferentes recursos da área (BRASIL, 2017, p. 46).

Para atingir esses objetivos, alguns conhecimentos são necessários, tais como reconhecer as especificidades dos estudantes surdos, selecionar os recursos humanos e materiais que favoreçam a construção do conhecimento pelo surdo e utilizar estratégias que permitam a aprendizagem desses estudantes.

No que se refere ao surdo, em um primeiro momento, é relevante compreender como a legislação conceitua esse estudante. De acordo com o Decreto nº 5.626, no Art. 2º, “[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de **experiências visuais**, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da **Língua Brasileira de Sinais – Libras**”. (BRASIL, 2005, grifo nosso). Logo, de acordo com essa definição, a Libras e a experiência visual são as características principais para entender esses estudantes.

Desse modo, em turmas com surdos duas línguas perpassam as práticas pedagógicas – a Libras e a Língua Portuguesa – no entanto, as relações dos estudantes com essas línguas são diferenciadas. A Libras apresenta características diferentes em relação às línguas orais (como a Língua Portuguesa) pois, as línguas de sinais “[...] são línguas espaço-visuais, ou seja, a realização dessa língua não é estabelecida através dos canais oral-auditivos, mas através da visão e da utilização do espaço” (QUADROS, 1997, p. 46).

Assim, ao passo que a Libras é a língua que o surdo aprende naturalmente, a língua portuguesa se configura como segunda língua (BRASIL, 2002), já para o ouvinte a língua de construção do conhecimento é a Língua Portuguesa. Nesse sentido, as atividades propostas pelo professor precisam se reverter em experiências mediadas pelas duas línguas para fomentar o convívio dos surdos com os demais colegas e favorecer o processo de aprendizagem, considerando que a Libras é imprescindível para que os estudantes surdos possam desenvolver as competências e habilidades a partir das situações didáticas vivenciadas.

Nesse processo, o professor precisará de um recurso humano essencial para viabilizar o aprendizado de surdos e ouvintes da turma: o Tradutor Intérprete da Libras/Língua Portuguesa



(TILSP). Esse profissional atua como mediador entre o par linguístico Libras/Língua Portuguesa e, como uma das funções descritas no Art. 6º, Inciso II, da Lei 12.319 (BRASIL, 2010) está “[...] interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares”.

Sobre a função do TILSP na turma inclusiva, Spenassato e Giaretta (2009, p. 3) dizem que:

Para o aluno surdo, é fundamental a presença de um intérprete de Libras para mediar a comunicação em sala de aula. Porém, o professor deve estimular o aluno surdo a pensar, raciocinar; não deve lhe dar respostas prontas, ele precisa ser tratado como outro aluno qualquer, sem distinção. Sendo assim, o apoio dos colegas e a ajuda nas atividades é muito importante, mas, muitas vezes o aluno surdo é deixado de lado nos questionamentos, nos debates, seminários, etc.

Diante do exposto, entendemos que em turmas nas quais há estudantes surdos e ouvintes, a presença desse profissional é essencial para garantir o acesso às informações, a participação nas práticas pedagógicas e na construção da aprendizagem. Contudo, somente a inserção desse profissional é insuficiente para que o estudante se sinta parte da turma e integrante das situações de ensino, de socialização e de aprendizagem. Para que isso ocorra, é necessário que o docente entenda o seu papel no processo de planejamento e realização de atividades em uma abordagem inclusiva, como também que essa prática envolva a modificação nas atividades e nos recursos pedagógicos de maneira a atender toda a turma.

Ainda de acordo com Spenassato e Giaretta (2009), além de planejar atividades voltadas para o ensino, é necessário buscar alternativas que favoreçam a interação entre surdos e ouvintes, em outras palavras, cabe ao docente buscar modificações e estratégias nas quais os alunos, mesmo que sejam usuários de línguas diferentes como os surdos e os ouvintes, construam conhecimentos sobre os conteúdos e sobre a vivência humana na perspectiva de respeito e valorização das diferenças.

Arroio *et al.* (2016), defendem que a Matemática é um componente curricular de fácil entendimento pelo surdo pois a linguagem matemática se caracteriza como objetiva e livre de ambiguidades, assim, o entendimento do conteúdo e a expressão das formulações em números e símbolos podem ser aprendidas com menores dificuldades. Todavia, Silva, Silva e Huanca (2016) explicam que o acesso aos enunciados de matemática, que geralmente estão em Língua Portuguesa, dificultam a compreensão do surdo sobre o assunto. Para os autores, a



internalização do conhecimento seria favorecida, se os conteúdos e atividades fossem disponibilizadas aos estudantes surdos em Língua de Sinais.

No entanto, além dos recursos humanos necessários à aprendizagem do surdo, é preciso conhecer recursos e procedimentos didáticos que permitam a mediação linguística entre surdos e ouvintes. Um desses procedimentos, como discutimos, é a inserção do TILSP no processo de interação entre surdos e ouvintes. Todavia, nesse processo, é relevante que o docente entenda a diferença entre o seu trabalho e o desse profissional, ou seja, que ele, enquanto professor é o responsável pelo planejamento e efetivação das práticas pedagógicas e que o TILSP é o mediador linguístico das atividades propostas por ele.

Nogueira, Borges e Frizzarini (2013) indicam três estratégias que podem favorecer o aprendizado do estudante surdo: a interpretação para a Libras das questões elaboradas em Língua Portuguesa para a Libras; a reelaboração da questão para favorecer a compreensão do enunciado por usuários da Língua Portuguesa como segunda língua; uso de esquemas para o entendimento das informações oferecidas pelos problemas e as relações dessas informações para a elaboração da resposta. De acordo com Fernandes (2007), nos momentos de leitura do surdo na Língua Portuguesa, o uso de imagens e ilustração complementando os textos, pode contribuir com a compreensão das informações, por isso, o uso de textos ilustrados pode ser utilizados amplamente na educação de surdos.

Como benefícios do uso dos esquemas, os autores citam que esse recurso: 1) faz a mediação entre o texto e o processo de leitura das informações pelo estudante; 2) ajuda a categorizar as informações; 3) contribui para o desenvolvimento do raciocínio lógico. Nesse trabalho, os autores indicam ainda que as questões devem ser escritas com frases curtas, utilizando a ordem direta (sujeito – verbo – objeto) e separando as informações de maneira a facilitar a sua identificação.

Silva, Silva e Huanca (2016), baseados na perspectiva de ensino de Matemática proposta por Van de Walle, orientam que o ensino de matemática deve partir dos conhecimentos prévios dos estudantes e se basear em experiências significativas para eles. Nesse sentido, o professor pode partir de observações e práticas que perpassam o cotidiano do educando e propor reflexões que permitam a construção da relação entre os saberes ensinados na escola e a aplicação desses conhecimentos nas tarefas do dia a dia.

Van de Walle (2009) critica a abordagem tradicional no ensino de matemática ao afirmar:





[...] em uma lição tradicional, altamente dirigida, é assumido que todos os alunos compreenderão e usarão as mesmas abordagem e ideias. Aqueles que não estão prontos para compreender as ideias apresentadas têm que focar sua atenção em seguir as regras ou orientações do professor de uma maneira instrumental. Isto, é claro, conduz a infinitas dificuldades e deixa muitos estudantes para trás ou com grave necessidade de recuperação (VAN DE WALLE, 2009, p. 85).

Notamos que, para o autor, as abordagens ativas podem ser mais produtivas por trazerem o estudante para a centralidade do processo educativo. Para isso, Silva, Silva e Huanca (2016) indicam que a abordagem do conteúdo esteja pautada em uma técnica denominada Resolução de Problemas, tendo em vista que ela pode ser planejada de maneira a atender as especificidades de aprendizado dos estudantes. Como procedimentos didáticos a serem realizados para a Resolução de Problemas são indicados: 1) a verificação do problema por meio de vários pontos de partida; 2) planejamento de atividades diferenciadas considerando as particularidades dos estudantes; trabalho em grupo; 3) atenção às respostas dos estudantes; 4) modificações que atendam as especificidades linguísticas dos estudantes (SILVA; SILVA; HUANCA, 2016).

Honora (2014) explica que as atividades voltadas para o ensino dos surdos devem ser diversificadas, voltadas para a expressão do conhecimento em Libras e perpassadas por elementos visuais. Sobre isso, Colins e Colins (2020) dizem que as imagens e mapas conceituais podem potencializar o ensino de matemática em turmas com surdos.

No âmbito dos recursos didáticos digitais, Viana, Moita e Pereira (2014) relatam que utilizaram em turmas com surdos *games* que foram encontrados disponíveis gratuitamente na *web* para o ensino de frações, são eles: Enigma das Frações, Jogo da Memória das Frações, Dividindo a Pizza e Dominó de Frações. A proposta foi realizada no laboratório de informática, em computadores com acesso à *internet* e contou com a presença do TILSP.

Nessa proposta, como procedimentos didáticos foram utilizados: a contextualização do conteúdo por meio da exposição oral traduzida para a Libras pelo TILSP; a revisão do conteúdo “frações” por meio de animações; a composição coletiva de um conceito para frações a partir das interações anteriores; e a aplicação dos *games* supracitados que abordam a conceituação de frações, sua representação gráfica e a operação com frações para a internalização desses conhecimentos. O trabalho não apresenta o nível de ensino no qual foram aplicadas as atividades, contudo, pela análise do texto, entendemos que os recursos apresentados, por explorarem a visualidade, podem ser utilizados em diferentes níveis e modalidades de ensino com surdos seja para o ensino de conteúdo ou para a revisão dos assuntos trabalhados anteriormente.



Enfim, várias propostas podem ser encontradas na literatura científica para indicar caminhos a serem trilhados pelos professores de classes com surdos para desenvolverem atividades voltadas ao ensino desse público. Entre esses caminhos, evidenciamos a concepção positiva da pessoa surda, a presença do TILSP e a inserção de recursos (como *games* e elementos visuais) e procedimentos didáticos voltados para a construção do conhecimento na perspectiva da visualidade, a exemplo dos mapas conceituais, esquemas, a técnica da resolução de problemas, a reescrita de questões, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em tela buscou apresentar discussões que visam favorecer o aprendizado dos estudantes surdos em classes inclusivas. Diante disso, entendemos que, além da organização escolar voltada para atender as especificidades linguísticas dos estudantes, o docente deverá utilizar métodos de ensino que possam proporcionar a participação de todos os estudantes durante as aulas, conforme explicita os princípios da abordagem educacional inclusiva. Para isso, é essencial que esse educador tenha contato, ainda na formação inicial com disciplinas, conteúdos e práticas que discutam a educação inclusiva, a exemplo da disciplina de Libras.

Em turmas inclusivas, a Libras e a Língua Portuguesa devem perpassar as práticas de ensino e de aprendizagem. Além disso, a exploração de recursos pautados na visualidade deve ser amplamente explorado. Para isso, o docente pode utilizar a técnica da Resolução de Problemas, recursos digitais como os *games*, ou físicos, como os mapas conceituais, esquemas, imagens, reescrita de questões, interpretação de perguntas e da exposição oral, trabalhos em grupo, entre outros recursos, desde que as suas práticas sejam perpassadas pelas línguas utilizadas pelos surdos e ouvintes que compõem a turma.

Essa modificação visa oportunizar ao estudante a igualdade de oportunidades e, para tanto, tal aspecto passa muito pelo uso de instrumentos diferenciados, como também fazer com que os alunos surdos participem das discussões da turma, dos seminários, assim fazendo com que ele seja um agente ativo da sua aprendizagem. Nesse processo o TILSP deve ser reconhecido como um educador essencial no processo educativo, à medida que possibilita a interação entre usuários da Libras e da Língua Portuguesa, contudo, o seu papel e a função do professor devem estar delimitados adequadamente para favorecer o aprendizado da turma.

Em síntese, as modificações são diversas, algumas requerem poucos recursos, outras necessitam de espaços com equipamentos digitais e, diante disso, cabe ao docente analisar a



sua realidade a fim de propor atividades que favoreçam o aprendizado dos estudantes surdos em classes inclusivas.

REFERÊNCIAS

ARROIO, R. dos S. *et al.* Ensino de Matemática para o Aluno Surdo: revendo concepções e construindo paradigmas. **Revista Paranaense de Educação Matemática**. v. 5, n. 9, Campo Mourão, p. 248-269, 2016. Disponível em:

<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/rpem/article/viewArticle/1256> Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei no 10.436**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.319**, de 1 de setembro de 2020. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LÍBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

COLINS, F.; COLINS, E. G. Educação Matemática inclusiva na educação dos surdos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 4., 2020, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72444> Acesso em: 28 set. 2021.

CORRÊA, A. M. S.; SILVA, E. K. S. Desafios da disciplina de Libras no ensino superior: uma análise na perspectiva da linguística aplicada. *In*: PEREIRA, M. L. de S.; SOUZA, A. J. de SILVA, C.; CARDOSO, C. É. do N. C.; LEITE, P. G. de F. (orgs.). **Linguística, literatura e educação**: teorias, práticas e ensino. João Pessoa: Ideia, 2020. p. 284 – 304.



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

FERNANDES, S. **Educação de Surdos**. Curitiba: Ibpex, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

HONORA, M. **Inclusão Educacional de Alunos com Surdez: concepção e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014.

LEONEL, R.; BORGES, F. O ensino de matemática para surdos inclusos em salas regulares do ensino médio: possibilidades e desafios. *In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLOGIA*, 7., 2012, Campo Mourão - PR. **Anais [...]**. Campo Mourão: [s. l.], 2012. Disponível em:

http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vii_epct/PDF/CIENCIAS_EXATAS_E_DA_TERRA/Matematica/05_492_RleonelartigoCompleto.pdf Acesso em: 20 ago. 2021.

NOGUEIRA, C. M. I; BORGES, F. A; FRIZZARINI, S. T. **Os Surdos e a Inclusão: uma análise pela via do ensino de Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. *In: NOGUEIRA, C. M. I. (Org.). Surdez, inclusão e matemática*. Curitiba, PR: CRV, 2013. p. 163-183.

MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Promove a Justiça**. Revista online Escola Abril. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/inclusao-no-brasil/maria-teresaeagler-mantoan-424431.shtml> Acesso em: 20 ago. 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RODRIGUES, D. et al. Educação Inclusiva: mais qualidade à diversidade. *In: RODRIGUES, D.; KREBS, R.; FREITAS, S. N. Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2005. p. 45-63.

SILVA, V. E. da; SILVA, S. M. D.; HUANCA, J. A resolução de problemas na educação matemática: uma contribuição para a educação dos surdos. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA*, 2., 2016, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2016. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22643>. Acesso em: 28 set. 2021.

SPENASSATO, D. GIARETA, M. K. Inclusão de alunos surdos no ensino regular: investigação das propostas didático-metodológicas desenvolvidas por professores de matemática no ensino médio da EENAV. *In: ENCONTRO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA*, 10., 2009, Ijuí-RS. **Anais [...]**. Ijuí-RS: [s. l.], 2009. Disponível em: http://www.projetos.unijui.edu.br/matematica/cd_egem/fscommand/CC/CC_60.pdf Acesso em: 20 ago. 2021.

VAN DE WALLE, J. A. **Elementary and Middle School Mathematics: Teaching Developmentally**. New York: Longman, 2001.



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

VIANA, L. H.; MOITA, F. M. G. da S. C; PEREIRA, D. S. Práticas inclusivas na educação matemática: os games educativos no ensino de frações para alunos surdos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 1., 2014, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2014. Disponível em:
<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/9150>. Acesso em: 28 set. 2021.